



**BELEM TEM QU
NO NÚMERO DE R**

**VIDA DE
CIRCO**

**DE CORPO
E ALMA**

CLIPPING



21 e 22 de
MAIO
2022

CASTANHAL

Patrulha combaterá crimes

Para combater a violência contra a mulher em Castanhal foi assinado na manhã desta sexta-feira (20) o Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica entre a prefeitura de Castanhal, o Tribunal de Justiça do Pará, o governo do Estado, a Secretaria de Segurança Pública e a Fundação PróPaz.

O programa é uma iniciativa da Procuradoria Especial da Mulher, da Câmara Municipal, que tem como presidente a vereadora Paula Titan, e visa à implantação da Patrulha Maria da Penha no município, por

meio da Guarda Municipal.

“Nós temos que enfatizar que as mulheres devem ser protegidas e esse convênio vai dar condições de fazermos um patrulhamento para a defesa da mulher”, disse o prefeito Paulo Titan.

O objetivo do programa é acolher e monitorar mulheres que solicitaram ou já estão com deferimento das medidas protetivas de urgência. Proteger a vida e a garantia de seus direitos através de atendimento jurídico, psicológico e assistência social.

O subcomandante da

Guarda Municipal de Castanhal, Jarbiano Lima, disse que inicialmente serão monitoradas cerca de 200 mulheres com medidas protetivas e que terão a ajuda de um aplicativo denominado Ana, para se comunicar com a GMC. “Essas mulheres serão cadastradas no nosso sistema e toda vez que estiverem em situação de perigo irão acionar o botão do pânico por meio do aplicativo. Imediatamente a foto dela aparecerá no sistema e de seu algoz. A localização em tempo real vai permitir o deslocamento imediato até ela”.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

VEJANO VIDEOCAST HABEAS DATA

PARÁ TEM MAIS DE 3,8 MIL
PROCESSOS PARA
DESOCUPAÇÃO DE TERRAS

JUDICIÁRIO - Desembargador e ouvidor agrário do TJPA, Mairton Carneiro fala sobre o projeto Revolução Agrária, que pretende mitigar o déficit atual de moradia rural

NATÁLIA MELLO
DA REDAÇÃO

O Pará possui, atualmente, 3.806 processos para desocupação de terras pendentes nas cinco sedes da Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Pará (TJ/PA): Marabá (221); Altamira (616); Santarém (846); Castanhal, a maior região de atuação da Ouvidoria (1.947); e Redenção, a menor sede do órgão (176). Na primeira entrevista do videocast Habeas Datas, com apresentação do advogado Raul Luiz Ferraz Filho, o desembargador Mairton Marques Carneiro, ouvidor agrário do TJ/PA, explica como o projeto Revolução Agrária pode garantir as condições mínimas para mitigar o déficit de moradia rural.

Mairton estava na 6ª Vara Cível da capital antes de ascender ao desembargo, e atuou em várias comarcas do interior. "Quando assumi a Ouvidoria Agrária percebi que eu tinha que ter uma ideia para acabar com essa situação. E aí me surgiu a ideia de fazer uma espécie de Revolução Agrária, hoje nome do projeto que é inclusive encampado pelo governo do Estado", revela.

O projeto foi lançado no final do segundo semestre de 2021, durante a realização de 100 cerimônias de oficialização de união, em um casamento comunitário promovido pelo TJ/PA. De acordo com o ouvidor, a revolução que ele propõe é intelectual e diminui a possibilidade de ocorrências de conflitos agrários.

"E eu venho colocando

essa ideia desde 2019, mas, para que haja a fixação dessa pessoa na terra, tem que ter um motivo, se houver um casamento, aí são duas pessoas, não é mais só o homem ou a mulher, e daí a pouco tem o filho, e eu vejo que o casamento comunitário faz parte do projeto maior que é a revolução agrária. Porque fixa o homem na terra, daí a pouco cria amor na terra, vai criando seus filhos, essa que é a grande ideia", explica.

Para que seja possível esse novo projeto, é preciso uma estrutura mínima, que garanta, por exemplo, o acesso à educação, e condições para agricultores produzirem e tirarem o sustento da terra. "Só pra você ter uma ideia, a Revolu-



AQUI TEM
REALIDADE
AUMENTADA
oliberal.com/ra



O videocast Habeas Data tem a apresentação do advogado Raul Luiz Ferraz Filho



Desembargador Mairton Marques Carneiro, ouvidor agrário do TJPA, é o entrevistado do Habeas Data

ção Agrária, o projeto todo, proíbe até que as pessoas fiquem cobrando do governo qualquer tipo de cesta básica, porque a cesta básica terá que sair da própria terra. Ele vai dar o insumo. Ele vai dar os ensinamentos específicos, para que efetivamente a revolução aconteça, não como estamos sendo feito nos dias de hoje", detalha.

O desembargador acredita que a iniciativa vai ajudar a frear a ocupação desordenada que hoje ocorre em terrenos particulares. Vale ressaltar que as desocupações compulsórias estão suspensas até o próximo mês de junho, por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF). Mairton afirma que há, ainda, um clamor do ministro Luís Roberto Barroso, do STF, para que haja um cuidado nos despejos compulsórios, para que não haja o que ele classificou como

caos social.

"Por exemplo, dos 221 processos de Marabá, nós temos que desocupar 44 fazendas hoje ocupadas irregularmente. Então o que irá acontecer? Nós temos que fazer um plano também, não vai ser de forma aleatória, tem que ter um plano de retirada dessas pessoas, mas mesmo assim irá haver um caos social. Em Castanhal, são 50 fazendas para serem desocupadas", diz. Para ele, se o despejo compulsório ocorrer de forma conjunta, haverá violência, principalmente pelo cenário econômico agravado pela pandemia da covid-19.

Além disso, o desembargador cita a importância de parcerias com órgãos como o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra).

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Trabalho análogo à escravidão gera conflitos

Muito desse processo de ocupação se deve, de acordo com o ouvidor, à quantidade de migrantes que chegaram ao sul do Pará, no fim da década de 80, por conta da ferrovia da Vale. Na época, segundo Carneiro, mil famílias vinham ao estado a cada viagem de trem, e desembarcavam nos municípios de Marabá, Curionópolis, Parauapebas, Eldorado de Carajás e os fazendeiros buscavam essas pessoas para trabalho, e as colocavam em situação análoga à escravidão, o que dava início aos conflitos.

“Dentro do propósito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nós estamos fazendo com que as pessoas efetivamente não pratiquem mais esse tipo de invasão de terra ou ocupação de terra que não são deles. Até um certo tempo atrás era muito comum, no sul do Pará, a figura do gateiro, aquele sujeito que ia buscar essas pessoas desprovidas de recursos e que estavam ao léu, principalmente no Maranhão, aí traziam para o sul do Pará e muitas vezes caíam em fazendas e

iam trabalhar na condição análoga a de escravo. E eu já vivi essa experiência numa empresa que eu trabalhei e a atuação do Ministério Público do Trabalho é intensa em cima dessa atividade lícita, mas na época não era tão combatida. Eles chegavam já devendo e os fazendeiros não deixavam eles irem embora”, finalizou.

Sobre a reforma agrária, o ouvidor pontua que era feita de forma inadequada quando iniciou a carreira. Na época, início da década de 90, os fazendeiros que perdiam terras para invasões eram indenizados, mas, posteriormente, os próprios ocupantes do terreno vendiam os lotes de volta para os fazendeiros. A intenção da Revolução Agrária é mudar a configuração desse cenário. Mais informações e a entrevista completa com o ouvidor Mairton Marques Carneiro vai ao ar nesta segunda-feira (23), no programa e videocast Habeas Datas, disponível no LibPlay, a partir das 11h, no site liberal.com. A coluna já possui uma versão no impresso do jornal O Liberal.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Saiba mais sobre a Ouvidoria Agrária do TJPA

A Ouvidoria Agrária passou a existir desde 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal. Depois, em 2002, o Pará criou a Lei 6.407, que regulamentou a criação de 10 varas agrárias em todo o Estado. Atualmente, são cinco regiões agrárias em território paraense, em pleno funcionamento: Santarém, Marabá, Altamira, Castanhal e Redenção. A

intenção é implementar pelo menos mais uma sede, para ampliar o acesso e a abrangência desse serviço à população.

“Essas sedes abrangem diversos municípios e são onde as pessoas fazem os seus reclames e os juízes agrários, muitas vezes, vão na área específica para olhar a realidade do que está acontecendo. E é bom que se diga, essas va-

ras foram criadas devido justamente os conflitos no campo que foram muito acirrados, mais especificamente o Eldorado de Carajás. É uma coisa que não pode mais acontecer aqui no Estado do Pará”, afirmou o ouvidor Mairton Marques Carneiro, que ocupa o cargo desde 2019. De acordo com o desembargador do TJ/PA, se percebe que há muitos casos

do Pará sendo destaque em manchetes nacionais em razão dos conflitos agrários, e que, depois da criação das ouvidorias, houve uma melhora desse cenário.

Mas o ouvidor lembra de alguns incidentes posteriores, como o conflito que resultou na morte da missionária Dorothy Stang, em Anapu, e ainda outro caso em Pau D'Arco.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



HABEAS DATA



Raul Luiz Ferraz Filho

MINUTA

- A Coluna Habeas Data estreia nesta segunda-feira, 23 de maio, às 11 horas a versão em videocast com entrevista do Ouvidor Agrário do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, desembargador Mairton Marques Carneiro, que falará sobre a atuação da ouvidoria agrária do TJPA nos conflitos agrários do Estado. A coluna em videocast estará disponível no portal de O LIBERAL.
- A cada quinzena uma nova entrevista estará disponível no portal oliberal.com, com foco em personalidades do mundo jurídico, trazendo as inovações e debates de temas de interesse nas diversas áreas do direito. A coluna Habeas Data, publicada semanalmente em O LIBERAL também está disponível no portal.
- Jacareacanga é uma das comarcas do Estado do Pará 100% Processo Judicial Eletrônico. No último dia 16, o Digtômetro apontava um índice de digitalização do acervo de processos físicos em 87,68%. Segundo o Juiz José Gomes de Araujo Filho a conclusão da migração está prevista para a primeira quinzena de novembro de 2022.
- Inaugurado o novo prédio sede da Superintendência Regional da Polícia Federal no Estado do Pará, localizada na avenida Almirante Barroso com avenida Júlio Cesar. A solenidade contou com a presença do superintendente da Polícia Federal no Pará, Fábio Marcelo Andrade, e do diretor geral da Polícia Federal no Brasil, Marcio Nunes de Oliveira, além da presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, desembargadora Célia Regina de Lima Pinheiro e da presidente do Tribunal Regional Eleitoral, desembargadora Luzia Nadja Guimarães Nascimento.
- Com o tema “Conciliar para Transformar”, a Justiça do Trabalho em todo o Brasil participará da realização da 6ª edição da Semana Nacional da Conciliação Trabalhista, que acontecerá de 23 a 27 de maio. Promovida pelo Tribunal Superior do Trabalho (TST) e pelo Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT), a Semana será realizada em parceria com os 24 Tribunais Regionais do Trabalho, e o Tribunal Regional do Trabalho da 8ª Região (TRT-8), que tem jurisdição nos estados do Pará e Amapá, participará com uma vasta programação montada pelas 56 varas trabalhistas e pelos os três Centros Judiciários de Métodos Consensuais de Soluções de Disputa (Cejusc) que o integram.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

RD REPÓRTER
DIÁRIO

RISCO

A 1ª Promotoria do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação, Urbanismo, Consumidor, Fundações e Interesse Social de Ananindeua instaurou procedimento administrativo para divulgar a Lei Estadual nº 9.238/2021, que obriga bares, restaurantes e casas noturnas a adotarem medidas de auxílio e segurança à mulher em situação de risco em suas dependências. O promotor Quintino Farias Júnior destaca a importância de que os proprietários dos estabelecimentos tenham conhecimento da norma, a fim de garantir proteção à integridade das mulheres nesses locais.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

JUSTIÇA

Igeprev impede prejuízo de R\$ 1,5 bilhão aos cofres públicos

Órgão teria sido condenado a pagar retroativos de pensões por morte, mas perícia mostrou que valores eram de apenas 0,20% do cobrado

ERÁRIO**Ana Célia Pinheiro**

É um caso impressionante. Em 2015, depois de 8 anos de batalha judicial, o Sindicato dos Servidores Públicos Estaduais no Município de Belém (SISPEMB) ganhou um processo bilionário. O Instituto de Gestão Previdenciária do Pará (Igeprev) teria de pagar a 936 beneficiários de pensões por morte cerca de R\$ 1,2 bilhão em retroativos, devido a benefícios supostamente pagos a menor, entre 2002 e 2007. Ocorre que, no ano passado, com o processo já em fase de execução, o Igeprev conseguiu um acordo com o sindicato, para a realização de uma perícia jurídico-contábil nos valores cobrados. E aí veio a surpresa: a perícia concluiu que a dívida real do instituto é de apenas R\$ 2,3 milhões, ou apenas 0,20% daquilo que teria de pagar.

O caso é estranho. A começar pelo fato de que gestões anteriores do instituto não teriam nem mesmo apresentado cálculos alternativos aos do sindicato, e que resultaram nesse valor bilionário. Segundo a perícia, apenas cerca de 200 pessoas é que teriam realmente direito a retroativos. Isso porque, entre os supostos beneficiários, há gente que já até morreu. Ou que já obteve o pagamento daquilo que lhe era devido, via judicial ou via processo administra-



Giusepp Mendes conseguiu perícia, inclusive junto ao sindicato dos servidores e notou a diferença absurda dos valores cobrados e aqueles que eram devidos. FOTO: ALEX RIBEIRO / AGENCIA PARÁ

tivo no próprio Igeprev. Além disso, há pessoas que, pelos cálculos do sindicato, deveriam receber mais de R\$ 100 mil, mas que, segundo a perícia, fazem jus a menos de R\$ 100,00 de retroativos.

Vale salientar que esse cerca de R\$ 1,2 bilhão está atualizado apenas até 2018, segundo o Igeprev. Isso significa que, com a atualização até os dias atuais e mais despesas, como

honorários de sucumbência de R\$ 114 milhões que deveriam ser pagos à entidade, o valor poderia ultrapassar R\$ 1,5 bilhão. Isso representa cerca de 25% do fundo previdenciário estadual, que atende 50 mil pessoas, cujos pagamentos de pensões e aposentadorias poderiam até acabar comprometidos, pela suposta dívida desse processo. A perícia foi concluída no último 25 de abril e já se encontra em poder da Justiça. Agora, o sindicato terá 180 dias para tentar impugná-la. Mas ele não apenas concordou com ela, como também participou dos trabalhos, através de uma representante (uma contadora).

Ex-auditor geral do Estado, o advogado Giusepp Mendes, que desde meados de 2020 preside o Igeprev e foi o responsável por essa reviravolta, explica que se o sindicato não conseguir comprovar a veracidade do que estava cobrando, o juiz do caso, muito provavelmente, aceitará o valor de R\$ 2,3 milhões apresentado pela perícia. Ele explica, ainda, que o processo também cobrava a atualização das pensões por morte de vários beneficiários, para 100% dos valores recebidos pelos ex-servidores públicos que lhes deixaram tais pensões. Mas afirma que o Igeprev já realizou todas as correções determinadas pela sentença judicial. "Agora, o que esperamos é que, subsidiada pelos números da perícia, a justiça possa dar o devido encerramento a esse processo", observa.

“Agora, o que esperamos é que, subsidiada pelos números da perícia, a justiça possa dar o devido encerramento a esse processo”

Giusepp Mendes,
presidente do Igeprev

CLIPPING DE NOTÍCIAS**Coordenadoria de Imprensa do TJPA**(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Imbróglio judicial de cobrança se arrasta há 15 anos

Tudo começou em 2007, quando o SISPEMB ajuizou uma ação de cobrança contra o Igeprev, o sucessor do antigo Ipasep. O sindicato pedia a correção do valor de pensões por morte, já que muitos de seus associados estariam recebendo menos de 70% dos salários dos servidores falecidos. Pedia, também, o pagamento das diferenças retroativas desses benefícios. Na época, com o acréscimo de honorários advocatícios e custas judiciais, o valor da causa ficou em 50 milhões. Os possíveis beneficiários “imediatamente elegíveis” aos retroativos eram cerca de 950. Mas as pessoas listadas no processo, ao longo dos anos, acabaram chegando a cerca de 3.300, devido aos que seriam contemplados pela correção das pensões. O Igeprev questionou a legitimidade do SISPEMB para representar, inclusive, os pensionistas de ex-militares e até a grande quantidade de pessoas no processo, o que prejudicaria a “prestação jurisdicional”. E afirmou que as atualizações e aumentos das pensões estavam de acordo com o previsto na Constituição. Alegou, ainda, que desde

de 2002, quando começou a funcionar, todos os pensionistas vinham recebendo integralmente seus benefícios e reajustes. Contestou a inclusão de “abonos salariais”, no cálculo das diferenças supostamente devidas, já que tais verbas seriam transitórias, e também os honorários advocatícios (de 20%), os juros e a correção monetária. Mas o sindicato afirmou que possuía, sim, legitimidade para representar inclusive os pensionistas de ex-militares e que a limitação do número de pessoas no processo não se aplicaria ao caso, já que todos os pedidos eram idênticos. Em abril de 2010, o juiz de primeiro grau julgou a ação parcialmente procedente. A única notícia boa, para o Igeprev, é que os honorários advocatícios foram reduzidos de 20% para 10%. De resto, o juiz condenou o instituto a revisar e atualizar as pensões por morte de acordo com o que a Constituição previa na época em que o segurado havia falecido. Também o condenou a pagar as diferenças retroativas até o “limite da prescrição”, ou seja, o prazo-limite para que

alguém requeira ou receba um direito. No caso desse processo, a prescrição é de 5 anos. E como ele foi ajuizado em março de 2007, as diferenças dos valores das pensões teriam de ser pagas desde março de 2002.

O Igeprev ainda tentou recorrer, mas foi perdendo em todas as instâncias: no Tribunal de Justiça do Estado do Pará (TJE) e no Superior Tribunal de Justiça (STJ), em Brasília. Em setembro de 2015, o acórdão do STJ “transitou em julgado”. Ou seja, já não havia mais recurso possível, e a sentença teria de ser cumprida.

O sindicato então requereu que o Igeprev apresentasse as fichas funcionais dos segurados falecidos, para que pudesse calcular os retroativos. E concluiu que eles seriam de R\$ 1.140.426.154,11 (um bilhão, cento e quarenta milhões, quatrocentos e vinte e seis mil, cento e cinquenta e quatro reais e onze centavos).

Diante dessa cifra astronômica, o Igeprev informou que não possuía condições de arcar com essa despesa, porque isso o deixaria sem dinheiro para a sua folha de pagamentos, com milhares de aposentadorias e pensões. No entanto, não

teria feito o básico: apresentar, dentro do prazo legal, o seu próprio cálculo e impugnar o cálculo do sindicato.

O novo juiz do caso até concedeu o desmembramento da ação de execução em vários grupos, de poucas dezenas de pessoas, pedido pelo Igeprev, o que facilitaria negociações e pagamentos.

Apesar de o processo já se encontrar em fase de execução, ele conseguiu convencer o sindicato a assinar um acordo, para a realização de uma perícia dos retroativos e da revisão das pensões. O trabalho contou, inclusive, com uma contadora indicada pelo sindicato e começou em dezembro do ano passado, com prazo de conclusão de 90 dias úteis.

E foi aí que veio a surpresa: a perícia concluiu que os valores cobrados pelo sindicato estavam muito, mas muito acima do realmente devido. Para chegar a essa conclusão, os técnicos analisaram um por um dos mais de 3 mil casos de possíveis beneficiários arrolados no processo. Cruzaram informações, analisaram a legislação, refizeram cálculos. Agora, é aguardar pela decisão da Justiça.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br



JUSTIÇA EM FATOS
LUIZ FLÁVIO

@luizaoreporter

www.facebook.com/luiz.f.costa.37

lfcosta@gmail.com



Brazil Quality Summit premia advogado paraense com Law Awards

O advogado Diego Pereira, de Canaã dos Carajás, especialista em Licitações e Direito Administrativo, recebeu no último dia 10 no Sberaton WTC, em São Paulo, o prêmio Law Awards pelo Brazil Quality Summit 2022, reconhecimento empresarial mais importante do Brasil. O prêmio seleciona e homenageia times especialistas, personalidades do Direito e escritórios regionais que realizam trabalhos de excelência em todas as regiões do país.

TRE DO PARÁ DEBATE HISTÓRICO DA PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA



A Comissão de Incentivo à Participação Feminina na Política (CIPF) do TRE do Pará promoveu na última quarta-feira o evento "Mulheres na Política: Aspectos Históricos e Atuais". O tema foi debatido por especialistas com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para questões como o fato de, apesar de serem a maioria entre o eleitorado,

cerca de 53%, segundo o TSE, as mulheres continuam sendo a minoria nos cargos de representação. Nos últimos 195 anos, a Câmara dos Deputados, por exemplo, teve 7.333 deputados, incluindo suplentes. Ou seja, apesar de conquistarem o direito de serem eleitas em 1933, as mulheres ocuparam somente 266 cadeiras nestes quase 90 anos.

Advogados fundam escritório de assessoria empresarial e consultoria

Os advogados Dilson Lemos, Mário Célio Alves e Raimundo Rolim uniram os anos de experiência no âmbito da advocacia e formaram uma sociedade, com a criação do escritório Lemos, Alves & Rolim Advogados, com especialidade em assessoria empresarial consultiva e contenciosa.



TCM capacita gestores e servidores em Santarém

A partir do dia 24, Santarém receberá o "CAPACITação", projeto de orientação a gestores e servidores municipais realizado pela Escola de Contas Públicas do Tribunal de Contas dos Municípios do Pará (TCMPA). Serão atendidos 29 municípios na retomada presencial da iniciativa. Entre as atividades da programação que durará quatro dias, o conselheiro ouvidor do TCMPA, Daniel Lavareda (foto), fará a palestra de abertura do projeto apresentando o tema sobre os principais aspectos da atuação da Corte de Contas.

TRT8 realiza itinerância no Marajó e desafoga número de reclamações

Distantes de Belém e com acesso apenas pelos rios ou pelo ar os municípios de Soure e Salvaterra, no Marajó, receberam o Grupo de Trabalho da Itinerância que a equipe do Cejusc do TRT8 de Belém realizou nos dias 5 e 6 de maio. O objetivo foi

ampliar o baixo índice de reclamações protocoladas no período mais agudo da pandemia. Em dois dias de trabalho foram levantadas perto de 50 registros e efetivação de reclamações trabalhistas. As audiências foram marcadas durante a Semana Nacional.



OAB-PA expõe entraves e articula melhorias para PJe junto ao CNJ

O presidente da OAB-PA, Eduardo Imbiriba, reuniu com o conselheiro Marcelo Terto, do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), no último dia 17 em Brasília. Ele expôs todas as dificuldades

enfrentadas pela advocacia paraense no que diz respeito às instabilidades constantes do PJe e a emissão de certidões de indisponibilidade que não condizem com a

realidade. Solicitou ainda ao integrante do CNJ que medidas sejam adotadas imediatamente para solucionar o problema e melhorar a prestação jurisdicional.



COMBATE AO TRÁFICO

JR Avelar

Está fora do currículo do crime no bairro das Águas Lindas, em Ananindeua, Grande Belém, o “disciplina” Diego Oliveira dos Santos, 29, depois que policiais militares do Batalhão com Cães, sob o comando do major Alessandro, o prenderam pelo crime de tráfico de drogas.

Ele foi capturado dentro da “Operação Impacto”, colocada em prática pelo Sistema de Segurança Pública do Pará. O suspeito estava na rua Bromélia do conjunto Girassol.

A guarnição da viatura 8307, sob o comando do major Alessandro, sargentos Moab e Jane e cabo Virgolino cumpria averiguações no bairro das Águas Lindas, em busca de suspeitos de integrarem facções criminosas, tendo como alvo Diego Oliveira dos Santos, 29, identificado nos levantamentos como “disciplina do CV”.

TENTATIVA DE FUGA

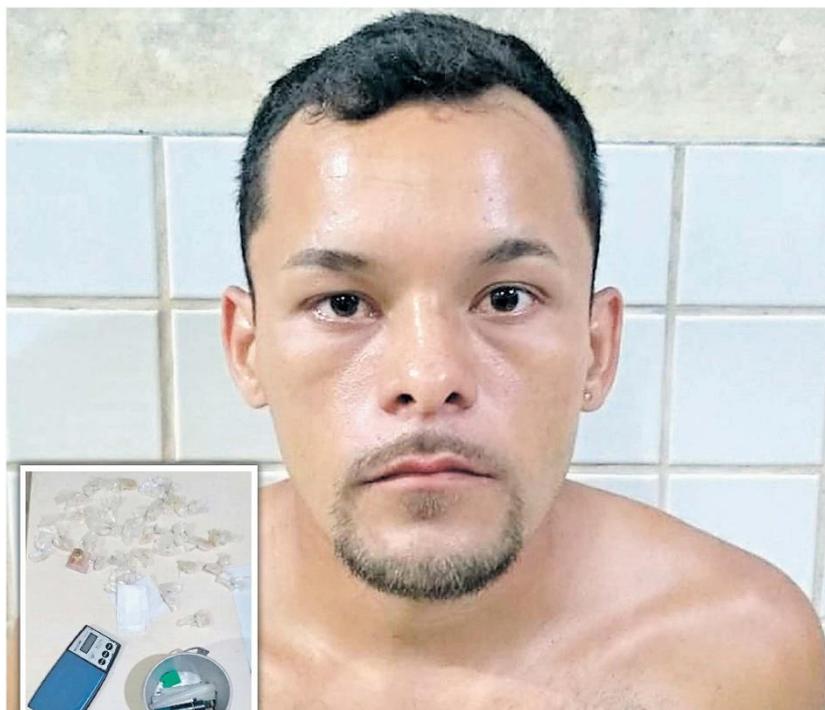
Ao se aproximar do imóvel, o alvo foi visualizado e ao ver a viatura da Polícia Militar, ele procurou se refugiar dentro da sua residência, deixando a casa aberta. A guarnição adentrou ao imóvel e efetuou sua captura. Com a autorização de sua esposa, a PM realizou uma busca domiciliar.

Na parte interna do imóvel os militares do Batalhão com Cães encontraram uma balança de precisão, além de 30 papotes de pasta base de cocaína, configurando assim mais um crime de tráfico de drogas.

Diego Oliveira dos Santos recebeu voz de prisão e foi autuado em flagrante delito na Seccional Urbana da Cidade Nova pelo crime de tráfico e será investigado por sua ação criminosa a favor da facção.

ESTAVA COM 30 PETECAS DE DROGAS CAPTURADO EM CASA

Diego Oliveira foi detido no bairro de Águas Lindas, em Ananindeua, Grande Belém



Uma balança de precisão também foi apreendida pelos militares dentro da residência do criminoso
FOTOS: DIVULGAÇÃO

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELÉM

Inscrições para o concurso do Ministério Público do Pará começam nesta segunda; são 169 vagas

Há oportunidades para níveis médio e superior. Com as gratificações, salário bruto pode chegar a R\$ 9.962,22

Emilly Melo

23.05.22 9h07



Concurso do MPPA tem 169 vagas imediatas e mais 8 mil em cadastro reserva (Ascom/MPPA)

Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O **Ministério Público do Pará (MPPA)** está com as **inscrições abertas para o VI concurso público**, que oferta **vagas para cargos técnico-administrativo, para o nível médio e superior**, com formação de cadastro reserva. Os interessados podem **se inscrever a partir das 14h de hoje até às 16h do dia 23 de junho, pelo [site da Consulplan](#)**. Será cobrada uma taxa de participação no valor de R\$ 42, para os cargos de nível superior, e R\$ 40, para os cargos de nível médio e técnico.

De acordo com o edital, será permitido ao candidato concorrer à vaga de uma região administrativa e realizar as provas do concurso em município sede de outra região. Serão ofertadas **169 vagas imediatas e mais 8 mil em cadastro reserva**, distribuídas para várias partes do Estado, como o **Baixo Amazonas, Marajó, nordeste, sudeste e sudoeste paraense**.

O certame consistirá nas fases de exame de conhecimento, referentes às provas objetivas e discursivas para todos, e a avaliação de títulos para os candidatos que concorrem às vagas para o ensino superior.

Para o nível médio, as chances são para o cargo de auxiliar de administração. Já os participantes com o nível técnico podem concorrer às funções de auxiliar de enfermagem e técnico em informática. Enquanto isso, para o nível superior, as oportunidades são para analistas de sistemas - desenvolvimento, modelagem de sistemas, suporte a banco de dados; assistente social; biblioteconomista; contador; economista; enfermeiro; pedagogo; psicólogo; sociólogo; arquiteto; engenheiro civil; odontólogo; médico; e médico psiquiatra.

Para as funções de **auxiliar de administração**, a remuneração é de **R\$ 3.120,70, com acréscimo do auxílio-alimentação, no valor de R\$ 1.670**. Para os **auxiliares de enfermagem e técnicos em informática**, o salário é de **R\$ 3.502,85, também acrescido de auxílio-alimentação**. Já os candidatos aprovados para cargos de nível superior receberão o **vencimento básico de R\$ 4.055,10, mais adicional de até 80% relativo à gratificação de**

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

escolaridade e também o auxílio-alimentação, podendo alcançar uma renda bruta de até R\$ 9.962,22.

O edital também informa que os servidores do MPPA podem receber auxílio-saúde, segundo a faixa etária; adicional por tempo de serviço; licença-prêmio; e auxílio-transporte. Todos os cargos devem cumprir jornada de trabalho de 30 horas semanais, com exceção dos cargos de médico e médico psiquiatra, que devem cumprir quatro horas diárias.

Todos os participantes do certame serão submetidos às 40 questões da prova objetiva, que será composta por conteúdos de língua portuguesa; ética e legislação; legislação estadual e institucional; noções de direito constitucional; noções de direito administrativo; e mais 30 questões de conhecimentos específicos. A prova escrita consistirá em uma redação, com um tema proposto, em que o candidato deverá discorrer sobre ele.

A previsão é que as **provas escritas** sejam aplicadas no dia **14 de agosto** deste ano, nos períodos da manhã e da tarde.

Serviço

- Concurso MPPA
- Inscrições: até 23/06/22, pelo site www.consulplan.net
- Taxa: R\$ 40 (nível médio) e R\$ 42 (nível superior)
- Salário: entre R\$ 3.120,70 a R\$ 9.962,22.
- Vagas: 169

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELEM

Acordo de cooperação técnica é assinado para combater a violência contra a mulher em Castanhal

O objetivo é acolher e monitorar mulheres que solicitaram ou já estão com deferimento das medidas protetivas de urgência



Reunião para assinatura do Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica em Castanhal (Foto: Prefeitura de Castanhal)

Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

Para combater a violência contra a mulher em Castanhal foi assinado na manhã desta sexta-feira, 20, o Termo de Adesão ao Acordo de Cooperação Técnica entre a Prefeitura de Castanhal, Tribunal de Justiça do Pará, Governo do Estado, Secretaria de Segurança Pública e Fundação Pró Paz.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O programa é uma iniciativa da Procuradoria Especial da Mulher, na Câmara de Vereadores, que tem como presidente a vereadora Paula Titan, e visa a implantação da Patrulha Maria da Penha no município, por meio da Guarda Municipal.

“Nós temos que enfatizar que as mulheres devem ser protegidas e esse convênio vai dar condições de fazermos um patrulhamento para a defesa da mulher”, enfatizou o prefeito Paulo Titan.

O objetivo do programa é acolher e monitorar mulheres que solicitaram ou já estão com deferimento das medidas protetivas de urgência. Proteger a vida e a garantia de seus direitos através de atendimento jurídico, psicológico e assistência social.

De acordo com o subcomandante da Guarda Municipal de Castanhal, Jarbian Lima, nesse primeiro momento serão monitoradas cerca de 200 mulheres com medidas protetivas e que terão a ajuda de um aplicativo denominado Ana, para se comunicar com a GMC. “Essas mulheres serão cadastradas no nosso sistema e toda vez que estiverem em situação de perigo irão acionar o botão do pânico por meio do aplicativo. Imediatamente a foto dela aparecerá no sistema e de seu algoz. A localização em tempo real vai permitir o deslocamento imediato até ela”

A Titular da Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM), Lidiane Pinheiro, frisou a importância do acordo: “A importância desse projeto é fazer com que as medidas protetivas sejam efetivamente cumpridas e a fiscalização feita pela Guarda Civil será extremamente importante, além do acompanhamento que a prefeitura dará a essas mulheres no apoio psicossocial”, declarou.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

BELÉM

Pará tem mais de 3,8 mil processos para desocupação de terras na Ouvidoria Agrária

Desembargador e ouvidor agrário do Tribunal de Justiça do Pará acredita que revolução agrária demanda condições mínimas para mitigar déficit de moradia rural

O Liberal

22.05.22 9h00



Desembargador Mairton Marques Carneiro, ouvidor agrário do TJ/PA (Foto: Oswaldo Forte / Arquivo / O Liberal)

Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

O Pará possui, atualmente, 3.806 processos para desocupação de terras pendentes nas cinco sedes da Ouvidoria Agrária do Tribunal de Justiça do Pará (TJ/PA): Marabá (221); Altamira (616); Santarém (846); Castanhal, a maior região de atuação da Ouvidoria (1.947); e Redenção, a menor sede do órgão (176). Na primeira entrevista do videocast Habeas Datas, com apresentação do advogado Raul Luiz Ferraz Filho, o desembargador Mairton Marques Carneiro, ouvidor agrário do TJ/PA, explica como o projeto Revolução Agrária pode garantir as condições mínimas para mitigar o déficit de moradia rural.

Mairton estava na 6ª Vara Cível da capital antes de ascender ao desembargo, e atuou em várias comarcas do interior. “Quando assumi a Ouvidoria Agrária percebi que eu tinha que ter uma ideia para acabar com essa situação. E aí me surgiu a ideia de fazer uma espécie de Revolução Agrária, hoje nome do projeto que é inclusive encampado pelo governo do estado. Imagina, o fazendeiro, depois de uma longa batalha judicial, consegue despejo compulsório, aí a polícia retira os ocupantes da área. Logo em seguida, os ocupantes dela ficam nas imediações, naquela situação promíscua, jogados, pegando sol, chuva, enquanto a polícia está por lá, às vezes é picado por cobra ou outro inseto e até morre. Isso aqui fica uma crítica ao direitos humanos, que não observava isso”, pontuou.

O projeto foi lançado no final do segundo semestre de 2021, durante a realização de 100 cerimônias de oficialização de união, em um casamento comunitário promovido pelo TJ/PA. De acordo com o ouvidor, a revolução que ele propõe é intelectual, diminuindo as possibilidades de ocorrências de novos conflitos agrários.

“E eu venho colocando essa ideia desde 2019, mas, para que haja a fixação dessa pessoa na terra, tem que ter um motivo, se houver um casamento, aí são duas pessoas, não é mais só o homem ou a mulher, e daqui a pouco tem o filho, e eu vejo que o casamento comunitário faz parte do projeto maior que é a revolução agrária. Porque fixa o homem na terra, daqui a pouco cria amor na

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

terra, vai criando seus filhos, os seus filhos vão já se adaptando, o amor até a produção, essa que é a grande ideia”, explica.

Para que seja possível esse novo projeto, é preciso uma estrutura mínima, que garanta, por exemplo, o acesso à educação, e condições para agricultores produzirem e, efetivamente, tirarem o sustento da terra. “Só pra você ter uma ideia, a Revolução Agrária, o projeto todo, proíbe até que as pessoas fiquem cobrando do governo qualquer tipo de cesta básica, porque a cesta básica terá que sair própria terra. Ele vai dar o insumo. Ele vai dar os ensinamentos específicos, para que efetivamente a revolução aconteça, não como estamos sendo feito nos dias de hoje”, detalha.

O desembargador acredita que a iniciativa vai ajudar a frear a ocupação desordenada que hoje ocorre em terrenos particulares. Vale ressaltar que as desocupações compulsórias estão suspensas até o próximo mês de junho, por determinação do Supremo Tribunal Federal (STF). Mairton afirma que há, ainda, um clamor do ministro Luís Roberto Barroso, do STF, para que haja um cuidado nos despejos compulsórios, para que não haja o que ele classificou como caos social.

“Por exemplo, dos 221 processos de Marabá, nós temos que desocupar 44 fazendas hoje ocupadas irregularmente. Então o que irá acontecer? Nós temos que fazer um plano também, não vai ser de forma aleatória, tem que ter um plano de retirada dessas pessoas, mas mesmo assim irá haver um caos social. Em Castanhal, são 50 fazendas para serem desocupadas”, diz. Para ele, se o despejo compulsório ocorrer de forma conjunta, haverá violência, principalmente pelo cenário econômico agravado pela pandemia da Covid-19.

Além disso, o desembargador traz para a pauta a importância de parcerias com órgãos como o Instituto de Terras do Pará (Iterpa) e Instituto Nacional da Colonização e Reforma Agrária (Incra). Esse trabalho multissetorial seria

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

fundamental para que as pessoas que ocupam essas terras tenham primeiramente, ciência da necessidade de desocupação da mesma.

“Porque não é humano simplesmente jogar essas pessoas na rua com tudo que têm e criar um problema social maior, porque essas pessoas vão para as cidades próximas, vão ficar sem norte, sem destino. São famílias. Antes de qualquer situação, antes de qualquer despejo compulsório, o magistrado vai chamar as pessoas que ocupam aquela área e explicar para elas porquê está sendo feito aquilo e quando vai ser feito, para que essas próprias pessoas se preparem pra saída”, destacou.

O que faz a Ouvidoria Agrária?

A Ouvidoria Agrária passou a existir desde 1988, quando foi promulgada a Constituição Federal brasileira. Depois, em 2002, o Pará criou a Lei 6.407, que regulamentou a criação de 10 varas agrárias em todo o Estado. Atualmente, são cinco regiões agrárias em território paraense, em pleno funcionamento: Santarém, Marabá, Altamira, Castanhal e Redenção. A intenção é implementar pelo menos mais uma sede, para ampliar o acesso e a abrangência desse serviço à população.

“Essas sedes abrangem diversos municípios e são onde as pessoas fazem os seus reclames e os juízes agrários, muitas vezes, vão na área específica para olhar a realidade do que está acontecendo. E é bom que se diga, essas varas foram criadas devido justamente os conflitos no campo que foram muito acirrados, mais especificamente o Eldorado de Carajás. É uma coisa que não pode mais acontecer aqui no estado do Pará”, afirmou o ouvidor Mairton Marques Carneiro, que ocupa o cargo desde 2019.

De acordo com o desembargador do TJ/PA, se percebe que há muitos casos do Pará sendo destaque em manchetes nacionais em razão dos conflitos agrários, e que, depois da criação das ouvidorias, houve uma melhora desse cenário. “Nós

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

não tivemos mais nenhum evento de grandes proporções que tomasse a mídia nacional. Talvez a Ouvidoria tenha conseguido esse intento de minorar pelo menos esses eventos danosos de grande destaque nacional. Essa é uma impressão minha”, diz.

Mas o ouvidor lembra de alguns incidentes posteriores, como o conflito que resultou na morte da missionária Dorothy Stang, em Anapu, e ainda outro caso em Pau D'Arco. Na região sudoeste do Pará, o município de Altamira figura como um dos que concentra potencial para conflitos, mas, segundo o ouvidor, há um trabalho com os órgãos competentes para que não ocorram conflitos como o de Eldorado de Carajás, até porque, quando chega o caso à Ouvidoria, é porque já existe a situação conflituosa – quando pessoas ocupam uma área e o proprietário recorre ao órgão para retirar os invasores.

Muito desse processo de ocupação se deve, de acordo com o ouvidor, a quantidade de maranhenses que chegaram ao sul do Pará, no fim da década de 80, por conta da ferrovia da Vale. Na época, segundo Carneiro, mil famílias vinham ao estado a cada viagem de trem, e desembarcavam nos municípios de Marabá, Curionópolis, Parauapebas, Eldorado de Carajás e os fazendeiros buscavam essas pessoas para trabalho, e as colocavam em situação análoga à escravidão, o que dava início aos conflitos.

“Dentro do propósito do Tribunal de Justiça do Estado do Pará, nós estamos fazendo com que as pessoas efetivamente não pratiquem mais esse tipo de invasão de terra ou ocupação de terra que não são deles. Até um certo tempo atrás era muito comum, no sul do Pará, a figura do gateiro, aquele sujeito que ia buscar essas pessoas desprovidas de recursos e que estavam ao léu, principalmente no Maranhão, aí traziam para o sul do Pará e muitas vezes caíam em fazendas e iam trabalhar na condição análoga a de escravo. E eu já vivi essa experiência numa empresa que eu trabalhei e a atuação do Ministério Público do Trabalho é intensa em cima dessa atividade lícita, mas na época não era tão

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

combatida. Eles chegavam já devendo e os fazendeiros não deixavam eles irem embora”, finalizou.

Sobre a reforma agrária, o ouvidor pontua que era feita de forma inadequada quando iniciou a carreira. Na época, início da década de 90, os fazendeiros que perdiam terras para invasores eram indenizados, mas, posteriormente, os próprios ocupantes do terreno vendiam os lotes de volta para os fazendeiros. A intenção da Revolução Agrária é mudar a configuração desse cenário. Mais informações e a entrevista completa com o ouvidor Mairton Marques Carneiro vai ao ar nesta segunda-feira (23), no programa e videocast Habeas Datas, disponível no LibPlay, a partir das 11h, no site oliberal.com. A coluna já possui uma versão no impresso do jornal O Liberal.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

AMAZÔNIA

POLÍCIA

'Caganeira' é preso por tráfico de drogas no Moju

Josué Ferreira Gomes, que atendo pelo apelido de “Caganeira”, foi preso em flagrante na tarde da sexta-feira (20)

O Liberal

21.05.22 11h39



Caganeira preso (Reprodução / Redes sociais / Debate Carajás)

Curta a nossa página e veja mais notícias como essa!

Josué Ferreira Gomes, que atendo pelo apelido de “**Caganeira**”, foi preso em flagrante, na tarde da sexta-feira (20), por tráfico de drogas no município de **Moju**, nordeste paraense. Três equipes da Polícia Militar realizaram a prisão.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Com ele foram apreendidas **drogas, dinheiro, celular e balança de precisão**. O acusado foi conduzido e apresentado na Delegacia de Polícia Civil de Moju, para os procedimentos cabíveis. A informação foi divulgada na manhã deste sábado (21), por meio do site Debate Carajás.

Conforme informações da PM, três equipes - sob o comando do major Lima e do Oficial de Dia, segundo tenente Parente - estavam em ronda na ação que está sendo realizada de combate à criminalidade quando receberam a denúncia que, em uma residência no bairro Novo Horizonte, estava acontecendo comercialização de drogas.

Em comboio, as equipes seguiram para o local. Quando as viaturas chegaram, o suspeito, depois identificado como sendo “Caganeira”, saiu correndo para um terreno baldio, com uma sacola preta nas mãos.

Ele foi cercado e, sabendo que não tinha saída, se entregou e foi preso em flagrante. Na sacola que o traficante carregava foram encontrados 200 gramas de maconha do tipo limãozinho, R\$ 90,00 em espécie (possivelmente fruto do tráfico de drogas), um celular e uma balança de precisão.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

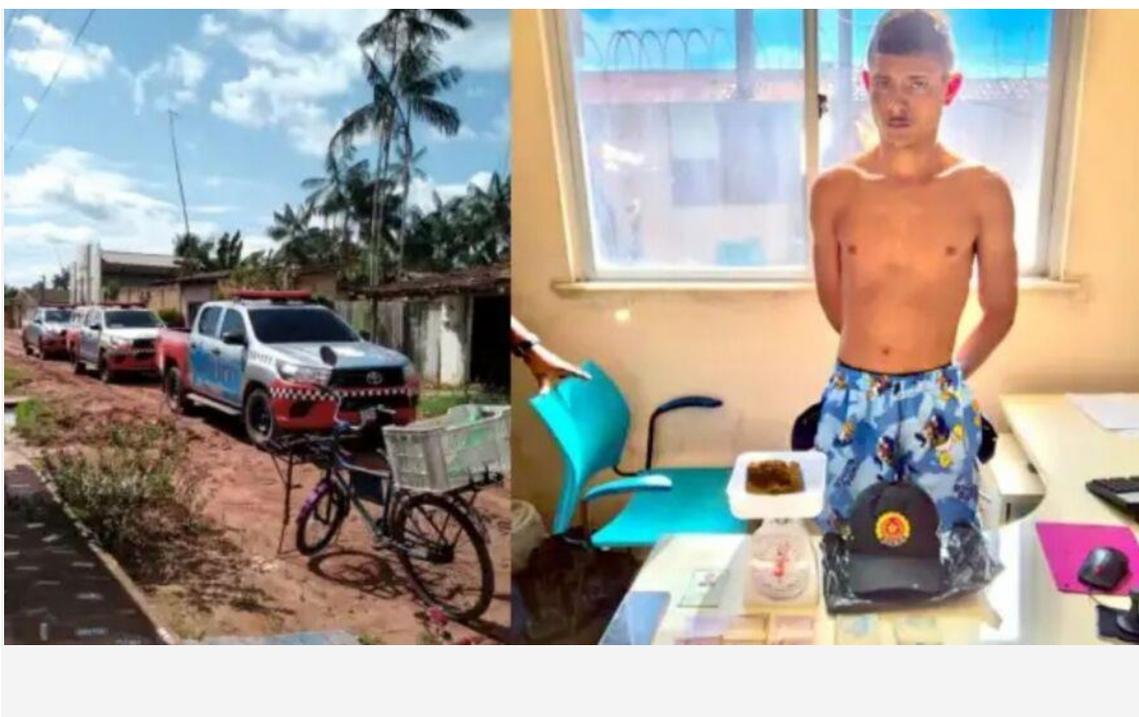


FLAGRANTE

"Caganeira" é preso com maconha em Moju

Além da maconha, uma balança de precisão, dinheiro e celular foram apreendidos com o suspeito.

domingo, 22/05/2022, 10:56 - Atualizado em 22/05/2022, 11:11 - Autor: **Com informações Mojunews e Agência Pará**



CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Josué Ferreira Gomes, conhecido como "Caganeira", foi preso em flagrante. |
Divulgação

Ouçã esta reportagem

Cento e cinquenta tabletes de entorpecentes, do tipo cocaína, avaliados em cerca de 3 milhões de reais, foram apreendidos durante uma das ações da "Operação Impacto", por equipes do Grupamento Fluvial de Segurança Pública e Polícias Militar e Civil, na Ilha de Mendaruçu, em Cametá, região integrada do Baixo Tocantins.

A droga, distribuída em tabletes, estava escondida embaixo de um trapiche, submersa no Rio Tocantins. As diligências até a região foram realizadas, de forma imediata, após denúncia anônima, o que possibilitou a localização do material.

Os investimentos feitos na inteligência e integração das forças tem contribuído para que o combate ao tráfico de drogas seja intensificado em todas as regiões do estado, garantindo com que grupos criminosos sejam desarticulados e as apreensões sejam exitosas.

Durante rondas na sexta-feira (20), no município de Moju, no nordeste paraense, a Polícia Militar, em comboio com três viaturas, sob o comando do Major Lima e do oficial de dia, o segundo Tenente Parente, receberam uma denuncia de que, em uma residência no Novo Horizonte, haveria uma comercialização de drogas.

Quando as viaturas chegaram ao local, o suspeito saiu correndo para um terreno baldio com uma sacola, onde estaria a droga. Após o cerco policial, os militares prenderam em flagrante um homem identificado como Josué Ferreira Gomes, conhecido na região como "Caganeira".

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br

Durante averiguação, no interior da sacola de cor preta estavam 200 gramas de maconha, do tipo limãozinho, R\$ 90,00 em espécie, possivelmente fruto do tráfico de drogas, um celular e uma balança de precisão.

Diante disso, "Caganeira" recebeu a voz de prisão em flagrante e foi apresentado na Delegacia de Polícia Civil de Moju para os procedimentos legais. Segundo a PM, ele já é conhecido das autoridades por ser reincidente no crime. Ele ficará a disposição das autoridades.

CLIPPING DE NOTÍCIAS

Coordenadoria de Imprensa do TJPA

(91) 3205-3256 / 3274 / 3086 – coordenadoria.imprensa@tjpa.jus.br